

ente

Oriente

Ocidente

Ori

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Carta de D. Manuel ao Papa Leão X (1513)

«E, sujeita a rica Áurea Quersoneso,
Até o longinco China navegando
E as ilhas mais remotas do Oriente,
Ser-lhe-á todo o Oceano obediente».

Camões, *Os Lusíadas*, II, 54

Abstract:

D. Manuel's letter to Pope Leon X (1513) about the victories he achieved in India and Malaca narrates, according to the *stilus epistularum*, with an almost journalistic sensationalism, the heroic exploits that constitute the main theme of this elegant obedience oration pronounced by Diogo Pacheco in Tristão da Cunha's embassy, the following year (1514) — the most famous of all for its splendor and for the exoticism of the elephant offered to the Pope.

The letter, aiming at international propaganda, centered on the *laudatio principis* as *imperator* and *rex inuictissimus*, and is the most complete expression of the rhetoric of power and of epic glorification in the golden period of our History of overseas expansion.

Os sucessos dos Portugueses nas paragens de Além-mar acalentaram a sensibilidade colectiva nacional e deixaram, pela sua universalidade, marcas indeléveis, na literatura e na cultura do Renascimento.

O ideal de enaltecimento pátrio da «pequena casa lusitana» - que acompanhou a empresa dos Descobrimientos, a expansão da Fé e do Império - afirma-se desde cedo na nossa literatura, em latim e em vernáculo.

Já na crónica sobre a tomada de Ceuta, o *De Septensi bello*, o primeiro texto que divulga em latim a gesta portuguesa, Mateus de Pisano faz a descrição dos feitos “tamanhos que a custo os haverá por verdadeiros quem pretenda aferir-lhes a grandeza pelos recursos de que dispõe tal

povo”¹. A mesma ideia surge na oração proferida pelo Conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, a 18 de Outubro de 1504, na abertura solene das aulas na Universidade; e em carta dirigida por Cataldo ao rei

D. Manuel, onde transparece o universo épico que Camões traduziu em plenitude².

Do ponto de vista semântico-conceptual, o louvor das glórias lusas tem por referência, quase constante, os feitos de gregos e romanos. Esta evocação da alteridade pelo processo da inversão funciona como princípio heurístico e concorre para a elaboração de uma representação do mundo: os portugueses são superiores aos antigos pela sua missão evangelizadora, pela propagação da fé, que os anima³.

Os sucessos lusos, naquilo que de grandioso e de exotismo encerravam, marcam toda uma geração de portugueses e mesmo de estrangeiros, a quem as notícias chegavam, a partir de Roma, e pelo contacto directo com os nautas, em Lisboa ou na Flandres, ligadas por uma carreira regular de naus, duas vezes por ano, desde 1502⁴.

Assim acontece com Thomas More que se deixara impressionar com a leitura do livro de Vespuccio, e que admirara, como homem da sua época, a empresa marítima e os marinheiros lusos que o teriam inspirado na criação de Raphael Hithodeu, português, o herói da sua obra de alcance universal, a *Utopia*, publicada em Londres em 1516.⁵

Em Roma, desde os finais do *Quattrocento*, eram habituais as celebrações, por parte da cúria romana, dos feitos dos portugueses, que ganhavam universalidade pela luta contra os Turcos, um serviço prestado à cristandade, que as orações de obediência enalteciam acima de tudo.

100

¹ Cf. a tradução por Roberto Corrêa Pinto, publicada pela Academia das Ciências de Lisboa, em edição da Imprensa da Universidade (Coimbra 1915).

² Vide, para estas obras e sua análise, os estudos de Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI* (Paris 1980); *Estudos Camonianos* (Lisboa 2 1980); *Epistolae et orationes* de Cataldo Parisio Sículo, edição fac-similada com introdução, (Coimbra 1988).

³ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. (Coimbra, 18-20 Out. 1990) (Coimbra 1994) 280-305.

⁴ Refira-se, como exemplo, o caso do florentino Girolamo Sernigi que, mal chegou a Lisboa uma das caravelas da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, se apressou a dar a notícia para Itália do sucesso do empreendimento.

⁵ A obra de Vespuccio, *Paesi nuovamente retrouati. Nouo Mondo da A Ibérico Vesputio Florentino intitulado* (1507) foi traduzida para latim com o título *Itinerarium Portugal le nsium e Lusitania in India et inde in occidentem* (1508).

Todas as orações proferidas perante o papa, ou as cartas que lhe eram enviadas, a dar notícias das descobertas e conquistas ultramarinas, desde o reinado de D. Afonso V aos de D. João II e de D. Manuel, retomam sempre o mesmo motivo — a guerra contra os Turcos, a defesa e a expansão da Fé cristã. Os Turcos já não são só os do norte de África, mas os seguidores do Islão, nas paragens distantes do índico e do Mar Vermelho.

Ficaram famosas orações como a de D. Garcia de Meneses, em 1481, perante Sixto IV⁶, e as duas proferidas por Diogo Pacheco, uma perante Júlio II, na embaixada de D. Diogo de Sousa, em 1505, e outra perante Leão X, na de Tristão da Cunha, em 1514. Esta última embaixada foi realizada na continuidade dos feitos heroicos relatados na carta que D. Manuel escreve a Leão X, em 1513⁷.

As orações de obediência e as celebrações públicas de júbilo pelos grandiosos feitos lusos, com festas, procissões, missas solenes e pregações, bem como a divulgação pela imprensa romana das cartas da chancelaria portuguesa que davam notícia das conquistas ao infiel, em círculos mais restritos, contribuem para a criação de um mundo de fantasia, de utopia, que se reflecte no imaginário de escritores e artistas como Egidio da Viterbo, Francesco Albertini, Dürer.⁸

A aura mítica que se criou em torno das façanhas dos portugueses, nas mais remotas paragens do globo, levou Egidio da Viterbo a afirmar, em 1507, num sermão proferido em Roma nas festividades que

101

⁶A oração de D. Garcia de Meneses, pronunciada em 1481 perante o papa Sisto IV, figura na *Chorografia* de Gaspar Barreiros com o seguinte título: *Hũa Oraçam que fez dom Garcia de Meneses bispo d'Euora, ao Papa Sixto quarto em Roma na igreja de sanct. Paulo extra muros, onde foi publicamente recebido, indo por capitam de hũa armada que elrei dom Affonso o quinto de Portugal mandou, em socorro da cidade de Ottranto que os Turcos tinham tomado no regno de Nápoles*. Vide a publicação moderna, *Oração ao Sumo Pontífice Sisto IV dita por D. Garcia de Meneses em 1481*. Edição fac-similada, com nota bibliográfica de Martim de Albuquerque e tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses, in *Orações de obediência, séculos XV a XVII*, 10 vols., (Lisboa 1988): vol. 2. Sobre esta oração que foi louvada por Pomponio Leto, no momento em que foi proferida, e que merecia ainda, em meados do século XVI, rasgados elogios do cardeal Jacopo Sadoletto, vide a carta dirigida por Gaspar Barreiros a Jorge Coelho (Évora, 28 de abril de 1553), in *Orações de Obediência cit.*, vol I.

⁷ *Ibidem*, vol 6: "Oração do jurisconsulto Diogo Pacheco, dita na prestação de obediência em nome de Manuel, Invictissimo rei de Portugal, ao excelente Sumo Pontífice Leão X.

⁸ Vide Sylvie Deswarte, "Un âge d' Or. La gloire des Portugais à Rome sous Jules II et Léon X", in *Humanismo Português na época dos Descobrimentos* (Congresso internacional - Coimbra, 9-12 de Outubro de 1991), *Actas* (Coimbra 1993) 126-150.

Júlio II promovera para celebrar as nossas vitórias no Oriente, que nada desejava mais neste mundo do que ser Português.⁹

Neste mesmo ano, o carmelita Giovanni Baptista Mantuano faz o elogio rasgado das viagens marítimas dos portugueses, louva os seus progressos na ciência náutica, o seu papel na expansão e consolidação da Fé.¹⁰

Jean Delumeau, na sua obra *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, dedica um capítulo inteiro ao milenarismo português, sendo cerca de uma dezena de páginas sobre “o sonho de Manuel, o venturoso”, que projectava uma espécie de império universal e messiânico^{1 K}

Gil Vicente, no *Auto da Fama*, escrito em 1510, chama a D. Manuel «alferes da fé / e rei do mar»¹².

A corte manuelina e a cosmopolita cidade de Lisboa são também o reflexo da grandeza imperial portuguesa. Os autores quinhentistas não se cansam de descrever o esplendor dos paços de D. Manuel — as festas, a música, em que o rei e o jovem Damião de Góis eram aficionados, e os serões animados pelo teatro de Gil Vicente.

Lisboa toma-se famosa pela azáfama do seu porto, o exotismo e as riquezas provenientes do mundo novo, as embarcações, as diferentes raças e línguas da mais variada gente, as celebrações das vitórias de além-mar, em especial no Oriente, como a conquista de Malaca, ou o recebimento de Mateus — o embaixador do Preste João que trazia para D. Manuel um pedaço do lenho da Vera Cruz, recebido do Guardião de Jerusalém.

Este sentimento contagiante de entusiasmo pelas nossas Descobertas, pelo desconhecido, caldeado com o proselitismo cristão, que crê no estabelecimento de uma *respublica Christiana* sob a égide de Portugal, aflora no imaginário dos mais diversos autores, nos anos subseqüentes à grande aventura marítima do Gama.

⁹ Ibidem, 129-131. Sobre o discurso de Egidio da Viterbo e sua importância, pela repercussão que teve nos temas que figuram na abóbada da Capela Sixtina e na Stanza della Segnatura de Rafael, Ibidem, 133 sqq.

¹⁹ Sebastião Tavares de Pinho, “Turcos, Árabes e Descobrimientos na voz do Virgílio Cristão: comentário a um poema de Baptista Mantuano”, in *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. IV (Porto 1989) 135-163.

¹¹ Jean Delumeau, *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, trad. port., (Lisboa 1997) (ed. original, Paris 1995), cap. X: “O milenarismo português”, 217-236, 491-493.

¹² *Obras de Gil Vicente*. Direcção científica de José Camões. 2 vols. (Lisboa, Centro de Estudos de Teatro - Imprensa Nacional-Casa da Moeda 2002): fala da Fama em diálogo com o Italiano, vol. II, 194.

A exaltante atmosfera moral, aliada à consciência da hiperidentidade que caracteriza os homens de Quinhentos, transparece na prosa histórica em vulgar e em latim. Ganha forma a história monográfica — de humanistas como André de Resende, Diogo de Teive e Damião de Góis —, em que o sensacionalismo tem um lugar de relevo.

O enaltecimento do rei e seus cometimentos toma-se uma constante na historiografia portuguesa desta época, que era essencialmente nacional e dinástica e atribuía a maior importância aos triunfos militares e à coragem de um povo, nas remotas paragens onde se estendia o império¹³. Os cronistas e escritores de Quinhentos preocupam-se em salientar o perfil humano, político e religioso do monarca. Avulta a figura do rei legislador, do rei arquitecto da Lisboa monumental, a sua acção governativa, a sua riqueza e monopólio do comércio do Oriente, a sua *majestas* e *magnificentia* como *Pater patriae* de uma nação «quasi cume da cabeça de Europa toda», como diria Camões {*Lus.*, III. 20}.

Marco na nossa história das ideias e da doutrina política é o tratado *De republica gubernanda per regem* (1496) de Diogo Lopes Rebelo, dedicado a D. Manuel, por apresentar uma *imago principis*, delineada em termos de regalismo romanista. O absolutismo régio deste autor reflecte a evolução política europeia e prenuncia a tendência para a afirmação do poder absoluto dos reis, que encontra eco nas Ordenações Manuelinas - elaboradas entre 1505-1514, ano este da primeira impressão da obra.

Não se pode esquecer que o manuscrito de *II príncipe* de Maquiavel, onde é usada pela primeira vez a palavra “estado”, data de 1514, e abre caminho ao princípio da soberania de estado, formulada, em finais deste século, pelo jurista Jean Bodin.

Apesar disso, firmou-se em Portugal, durante o século XVI, a imagem do príncipe, modelo de todas as virtudes humanas, pastor de povos, sol que a todos alumia, de inspiração clássica, e de acordo com a teorização tomista, actualizada pela lição de Francisco de Vitória¹⁴.

A mundividência que transparece na carta de D. Manuel ao Papa Leão X, de 1513, embora assente nestes pressupostos éticos, jurí-

¹³ Cf. Nair de Nazaré Castro Soares, ‘A historiografia do Renascimento em Portugal: referentes estéticos e ideológicos humanistas’, in *Aquém e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Edição organizada por Luís Filipe F. R. Thomaz (Lisboa 2002) 15-37.

¹⁴ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório* (Coimbra 1994).

dico-políticos, tem por objectivo a divulgação, a propaganda da gesta portuguesa, na cúria Romana.

Em 1511, deu-se a conquista de Malaca, a “Áurea Quersoneso”. Desta façanha do grande Afonso de Albuquerque logo o rei D. Manuel, em carta latina, enviou notícia ao Papa Leão X, que festejou o grande evento. Houve missa de acção de graças, na Basílica de S. Pedro, procissão solene e uma oração, pronunciada pelo poeta e cónego Camillo Porzio, onde se sublinha a importância deste feito heroico e se chama a atenção para o perigo turco¹⁵.

A *Epístola de D. Manuel ao Sumo Pontífice* (datada de Lisboa, 6 de Junho de 1513) foi impressa em Roma, nos prelos de Iacobus Mazochius — que tantas vezes divulgaram a gesta lusa —, com data de 9 de Agosto de 1513, o que é bem expressivo do horizonte de expectativas do público, na época áurea da nossa história ultramarina¹⁶.

Pouco depois, em 5 de Setembro deste mesmo ano, o sumo Pontífice respondeu a esta carta do nosso rei, manifestando grande alegria pelas vitórias na Índia e em Malaca, pela chegada do embaixador de Prestes João e pela próxima partida de Afonso de Albuquerque para o Mar Vermelho, resumindo assim as principais notícias narradas¹⁷.

104

As novas do Oriente, trazidas pelas naus que acabavam de aportar em Lisboa e narradas ao Sumo Pontífice, com a maior brevidade

¹⁵ Sobre as celebrações pela vitória dos portugueses, vide *Comentários de Afonso de Albuquerque* (conforme a edição de 1576), com prefácio de J. Veríssimo Serrão (Lisboa 1973) tomo II, p. III, cap. XXXIX, 190-206. Deste acontecimento nos dá notícia, no *Panegírico da Infanta D. Maria*, João de Barros, *Panegíricos* (Lisboa, Sá da Costa 1943) 169-171.

¹⁶ *Epistula ac inuictissimi Emanuelis Regis Portugaliae et Algarbiorum, etc. De uictoriis habitis in India et Malacha. Ad Sanctum in Christo Patrem et Dominum nostrum Dominum Leonem X, Pontificem Maximum* — ‘Epístola do muito poderoso e invencível Manuel, rei de Portugal e dos Algarves, etc. Das vitórias que obteve na Índia e em Malaca. Ao Santo Padre, em Cristo, e Senhor Nosso, Senhor Leão X, Sumo Pontífice’. Reprodução fac-similada, leitura moderna, tradução e notas de Nair de Nazaré Castro Soares, in *Acta Rediviva*, II, publicação da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Coimbra 1979). Da grande divulgação que esta carta conheceu, no século XVI, vide Luís de Matos, “L’expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance”, in *L’Humanisme Portugais et l’Europe — Actes du XXIe. Colloque International d’Etudes Humanistes*, Tours, 3-13 juillet 1978 (Paris 1984) 417. Estes mesmos acontecimentos viriam a ser narrados pelo cronista Damião de Góis, na III Parte da sua *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, sendo notável a descrição que se encontra no capítulo XVIII sobre a riqueza de Malaca e sua importância como império comercial.

¹⁷ Vide Luiz Augusti Rebelo da Silva em *Corpo Diplomático português*, Academia Real das Ciências (Lisboa 1862) tomo I, 201-202; *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. XXXIX, 190-206.

possível, são factos históricos relatados pela pena dos nossos escritores quinhentistas, o que realça o interesse desta carta à luz das crónicas do tempo¹⁸. Todas elas repetem ou desenvolvem os factos veiculados por esta missiva, e que são também tema principal da oração de obediência de Diogo Pacheco, na embaixada de Tristão da Cunha, no ano seguinte, de 1514, a mais famosa de todas pelo exotismo e grandiosidade. Integrou-a, como presente de D. Manuel a Leão X, o célebre elefante, que ficou na memória colectiva da época e consta de todos os relatos¹⁹.

Esta carta, sem sair do estilo epistolar, *ne stilum epistularum excedamus*, está construída segundo os princípios da retórica, podendo considerar-se uma carta erudita, que privilegia os géneros deliberativo e epictico²⁰.

Abre-a um exórdio, a que não faltam a *captatio benevolentiae*, uma espécie de dedicatória e a apresentação da matéria, onde é nítida a influência de Salústio {Çat. 3-4). Segue-se o desenvolvimento do tema, a *descriptio rerum*, a narração dos feitos gloriosos no Oriente, nas seguintes dimensões: enaltece-se o poder militar, a capacidade do exercício da força de um rei, senhor de um *imperium* — pelo braço armado de Afonso de Albuquerque, em seu nome — ; o alcance religioso e proselitico das conquistas; a sua vertente económica, por ser o comércio e a actividade mercantil fonte de riqueza nacional; e, a englobar todos estes aspectos, a

105

¹⁸ Diversas são as obras históricas quinhentistas que narram os factos que estão relatados nesta carta (de Junho de 1513), como novidade. Vide os documentos coevos *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III; *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, ed. Raimundo António Bulhão Pato, Lisboa, Academia Real de Ciências, 1884-1915. Cf. ainda e. g. Damião de Góis, *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, Coimbra, 1954; Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, por Pedro de Azevedo (Coimbra 1924); D. Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de El-rei D. Manuel*, (trad. port.), (Porto) 2 vols., 1944; João de Barros, *Ásia* por António Baião e Luís F. Lindley Cintra (Lisboa 1974); Gaspar Correia, *Lendas da Índia* (Lisboa 1860). Recorre-se a estas obras apenas quando é estritamente necessário para o entendimento do texto (com citação abreviada).

O cotejo da Carta do rei D. Manuel ao papa Leão X com todas estas obras foi feito exhaustivamente na minha edição desta carta (vide supra n. 16), pelo que nos dispensamos de o fazer sistematicamente.

¹⁹ Vide a descrição circunstanciada, «cinematográfica», das celebrações, em Roma, aquando da recepção da carta de D. Manuel, em 1513, e, por ocasião da embaixada de Tristão da Cunha, no ano seguinte, in: Elaine Sanceau, *O reinado do Venturoso* (Porto 1970) 157-170.

²⁰ Cf. Erasmo, *De conscribendis epistulis*, caps 31-32 e 74. Foi a partir da publicação da epistolografia de Cícero, Séneca e de Plínio-o-Jovem que surgiram diversos tratados quinhentistas sobre a arte de escrever cartas, no Renascimento, podendo considerar-se o de Erasmo o mais expressivo.

dimensão épica, como expressão acabada do heroísmo de um povo que serve, com fervor cruzadístico, o seu Deus e, com lealdade, o seu rei²¹. Por fim a *peroratio*.

O exórdio, o póstico da epístola, dentro dos princípios retóricos sintetizados por Cícero²², Caracteriza-se pelo tom grave e nobre. É esta busca de gravidade e nobreza uma das formas de despertar a atenção para a matéria a tratar, ao mesmo tempo que o autor dá de si uma boa imagem e capta a benevolência do suposto auditório. Assim, ao iniciar a Carta ao Sumo Pontífice, D. Manuel — que fala na primeira pessoa²³ — é apresentado com todos os seus títulos, enunciativos da extensão do seu império, do seu poder²⁴:

«Ao Santíssimo Padre em Cristo e bem-aventurado senhor, senhor nosso, o filho muito dedicado da Santa Igreja, Manuel, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além mar, em África, Senhor da Guiné e da conquista da navegação e do comércio da Etiópia, da Arábia, da Pérsia e da Índia, muito humildemente beija os pés de Vossa Santidade.

Tudo o que ao Deus Supremo de bondade, tudo o que também a ti temos a agradecer, Beatíssimo Pai, resulta muito claramente da notícia que a nossa armada há bem pouco trouxe da Índia. E a circunstância de acções tão dignas de admiração terem sido levadas a cabo, para louvor e glória de Deus, com tanto êxito, sendo tu Sumo Pontífice e estando tu à frente da Sagrada Igreja de Roma e do mundo cristão, deve ser considerada naturalmente um motivo de louvor e glória para ti.

Por isso nos pareceu de justiça descrever a Vossa Santidade, como cabeça de toda a comunidade cristã e norma da religião legítima, as acções admiráveis que as nossas tropas realizaram recentemente na Índia, com o sufrágio de Deus e para o Seu culto, reu-

106

²¹ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, 'Gratidão e lealdade: dois valores humanistas', II parte da *Miscelânea em honra dos Doutores Walter de Medeiros e Manuel Pulquério - Humanitas* 46(1994)245-258.

²² Aristóteles, Cícero, Quintiliano trataram longamente desta matéria: Arist., *Rhet.*, 1414b-1416a; Cíc. e. g. *Inu.*, I, 15-18; *Rhet. Her.*, I, 4-7; Quint., *Inst.*, IV, 1-79.

²³ Na oração de obediência de 1514, por ocasião da embaixada de Tristão da Cunha, feita por Diogo Pacheco, «em nome de Manuel, Invictíssimo rei de Portugal», os títulos do monarca não figuram.

²⁴ O texto latino encontra-se apenas a este estudo, em fac-símile da edição de Roma, de Iacobus Mazochius, com data de 9 de Agosto de 1513. A tradução segue este texto e é apresentada na íntegra, interrompida apenas pelos comentários ao texto.

A Carta de D. Manuel ao Papa Leão X

nindo-as por episódios sem sair do estilo epistolar. E isto de tal sorte que tudo possa ser avaliado na proporção da dignidade dos feitos e levado em conta pelo supremo Deus, e que dia após dia tenhamos a esperança de facilmente acrescentarmos o louvor do seu nome sacrosanto (A2) e de propagarmos o dogma cristão.»

Segue-se a descrição da conquista de Malaca, antecedida do seu elogio. Muitas são as referências que lhe fazem os diversos autores da época, em prosa e em verso.

Interessantes são as palavras de Camilo Pórcio, na Oração proferida em Roma, em Outubro de 1513, perante o Papa Leão X, em louvor dos feitos dos Portugueses em Malaca e na Índia²⁵:

«he aquella Aurea Chersoneso, que está no cabo daquella grande enseada, em que o rio Ganges descarrega suas aguas no mar, tão nomeada pela sua muita riqueza, que assi polas muitas, e mui ricas mercadorias, que se a ella de diferentes partes trazem, como pelas não menos ricas, que delia se levam, he tida pela mais nobre escala de toda a Índia; e com rezão, porque nenhuma cousa ha das que na vida se podem desejar, de que não haja nella grandissima abastança».

Todas as crónicas do século XVI que se ocupam deste feito de Afonso de Albuquerque referem o sítio da cidade, a sua grande riqueza e como se fez reino, não raras vezes, em termos que primam pela beleza e pitoresco da descrição^{26 27}.

«Louvam-se as cidades do mesmo modo que os homens», afirma Quintiliano, na sua *Institutio oratoria* (3. 7. 26): decorrido mais de meio século, Góis fará a descrição de Malaca, na *Crónica do felicíssimo rei D. Manuel*, seguindo os tópicos retóricos próprios do elogio das cidades, que já pusera em prática na *Vrbs Olisiponis descriptio*¹¹.

E, em 1572, Camões cantava-a n' *Os Lusíadas* (canto II. 54, vv.5-8).

²⁵ Esta carta foi transcrita em *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. XXXIX, 190-206: "Oração, que Camillo Porcio fez ao Papa Leão Decimo em louvor da tomada de Malaca: e das vitorias, que os Portugueses tiveram da conquista da India."

²⁶ Vide e. g. Castanheda, liv. II, cap. CXII; Jerónimo Osório, vol. I, liv. IV, 312.

²⁷ Vide Góis, p. III, cap. I, p. 3. É notável a descrição que se encontra no capítulo XVIII. Cf. *Supra*, n. 16

A epístola continua:

«É que Afonso de Albuquerque, nosso Capitão-Mor depois de muitas vitórias do incerto Marte, conseguidas não sem trabalho e sangue* 2**, pacificou a índia, deixou nela as guarnições necessárias^{2^} e, para vingar o dano e a injúria que nos causaram em anos anteriores^{2^} atacou a aurea Quersoneso, que os vizinhos chamam Malaca²¹. Fica situada entre o grande golfo e o do Ganges e é uma cidade de admirável grandeza, avaliada em mais de vinte e cinco mil lares. A terra em si é muito fecunda e riquíssima naquelas mercadorias mais conhecidas que a índia produz. Por isso mesmo é empório muito célebre, onde afluem não só variadas especiarias e perfumes de todo o género, mas ainda grande quantidade de ouro, prata, pérolas e pedras preciosas.

Depois de referir a situação e riqueza da cidade, empório mercantil, a carta continua a sua caracterização, apresentando a sua identidade, as crenças e religião das suas gentes: «Governava-a um rei mouro, estendendo até aí o seu poder a seita maometana».

A identificação da seita de Maomé, que, no Oriente, se opunha à evangelização cristã — como na Europa ameaçava a unidade religiosa —, torna-se, do ponto de vista conceptual, causa primeira de guerra justa. Implicitamente, o enunciador do discurso sugere esta interpretação. Os motivos de ordem material são coroados por uma razão superior, sobrenatural, pelo que o alargamento do poder militar e político-administrativo do Império pelo braço do «Leão dos mares» correspondia à missão evangelizadora e proselitica que o animava.

108

^{T0} Vide *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. III, 11.

² Vide *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. IX, 51-52; Góis, p. III, cap. XVII, 72.

^{2^} Há aqui uma referência à traição que o rei de Malaca, Mohamede, e o seu Bendará cometeram contra Diogo Lopes Sequeira e sua armada, tendo morrido muitos e outros ficado feridos. Apesar do que tinha sucedido, ao aportar a Malaca, Afonso de Albuquerque não ataca a cidade, mas recebe as justificações mentirosas do rei, exigindo, no entanto, que antes de mais «lhe havia de mandar Rui daraujo, & hos Christãos que allí ficaram, com toda a fazenda» (Damião de Góis, p. III, cap. XVIII, p. 76). O rei, não cumprindo com o combinado, entretinha os portugueses até que lhe viesse maior auxílio. As falsas intenções de Mohamede foram percebidas por Afonso de Albuquerque que ataca a cidade e a toma pela força. De grande interesse é o relato que, a este propósito, Albuquerque envia ao rei de Sião (*Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. XXXVI, 176-177).

²¹ João de Barros (*Ásia, Segunda Década*, liv. VI, cap. I, p. 247-248) explica o motivo por que se dá a Malaca o nome de *Aurea Chersoneso*. Camões exprime de forma poética a mesma ideia (Cte *Lusiadas*, X, 124).

Narra-se o combate travado com o rei mouro, a vitória dos Portugueses e a recolha dos valiosos despojos. O realismo da descrição bélica, à semelhança de muitas outras que figuram nos *Comentários de Afonso de Albuquerque*, revela bem a distância a que se encontra este texto, de carácter propagandístico, dos escritos históricos de humanistas, como Góis ou Teive — que fizeram a narração do “Segundo cerco de Diu”³². A ambos subjaz uma preocupação grande de verdade histórica, traduzida na valorização do inimigo e na racionalidade na interpretação dos factos.

No entanto, a insistência em pormenores que traduzem a superioridade dos portugueses sobre os Saracenos merecem-nos uma reflexão que se prende com a mensagem que D. Manuel quer transmitir ao seu leitor privilegiado, o Papa Leão X, e, na sua pessoa, *urbí et orbí*. Ela é a expressão da *potentia*, o poder militar da nação lusa, necessariamente apoiado numa bem fomecida máquina de guerra, que assegura o domínio militar e comercial, nas paragens longínquas do Sol Nascente. A *potentia* une-se a *nobilitas*, as duas rédeas que segura o governante ideal, na condução dos destinos colectivos — como as representa Dürer, no desenho preparatório do carro triunfal de Maximiliano I³³ —, porquanto se põe o acento na *pietas*, na dilatação da Fé, no aumento e consolidação da *respublica Christiana*.

109

Assim prossegue a carta

«Governava-a um rei mouro³⁴, estendendo até aí o seu poder a seita maometana. O resto é ocupado pelos gentios³⁵. E assim,

³² Os feitos dos portugueses, no cerco de Diu de 1546, são exaltados por Diogo de Teive, no opúsculo *Commentarius de rebus in India apud Diu gestis anno salutis nostrae MDXLVI* e por Damião de Góis, no *De bello Cambaico Viñno commentarii tres*. Vide Nair de Nazaré Castro Soares, *Tragédia do Príncipe João de Diogo de Teive*. Introdução, texto, versão e notas. (Lisboa 2 1999) 27 sqq.; Luís de Sousa Rebelo, “Damião de Góis, Diogo de Teive e os arbitristas do século XVI”, in *Humanismo Português na época dos Descobrimientos* cit., 204-216, maxime 206-210. Sobre a expansão portuguesa são notáveis os trabalhos de Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance* (Lisboa 1991); Idem, “L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance”, in *L'Humanisme Portugais et l'Europe* cit., 397-417.

³³ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório* cit., 192-197.

³⁴ Vide o que se diz da maldade e intrepidez de carácter deste soberano, Mohamedem, in *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. XVII, 92-93.

³⁵ Ibidem 83. O reino de Malaca confina com o reino de Queda, o reino de Pam e o reino de São. Destes reinos, pelo menos o mais importante, o de São, era governado por um gentio. O rei D. Manuel, por saber «que elle era Gentio e não mouro, lhe tinha grande

como para aqui se tivesse dirigido com uma frota bem equipada*³⁶, Afonso propõe-se tomar a cidade. Presentindo isto mesmo, os Sarracenos tinham-se preparado para a guerra com muitas munições e armas, mas em vão. Na verdade, sendo travado combate por duas vezes, com o auxílio de Deus, os nossos, (A2 v.) por fim vencedores, matam muitos inimigos, entram à força na cidade, ocupam-na e, sendo-lhes dada permissão de saque, despojam-na e **incendeiam-na***³⁷. O próprio rei, que combatia montado num elefante, gravemente ferido, tomou como resolução a fuga com os mouros sobreviventes. Neste combate, morreu grande número de inimigos e muitos ficaram cativos, sendo mínima a perda dos nossos. Foram também recolhidos valiosos despojos entre os quais até os sete elefantes de combate do próprio rei, munidos das suas torres de seda e de arreios tecidos de ouro, segundo o costume daquela província, e cerca de duas mil peças de artilharia de bronze, de todo o género, fabricadas com a arte mais consumada».

A construção de fortalezas que servissem de baluartes à instalação dos portugueses em pontos estratégicos, onde fiscalizassem as actividades mercantis e observassem os movimentos dos chefes políticos e militares de todas as regiões orientais foi um dos objectivos prioritários na actuação de Albuquerque.

Se a acção do Governador se traduz numa visão mercantilista que pretendia firmar o monopólio do comércio das especiarias nas mãos da coroa portuguesa, a imagem da mesquita destruída, símbolo da religião dos infiéis derrotada, dava força e vigor espiritual à fortaleza que se erguia no seu lugar, com a bandeira das cinco quinas, as cinco chagas de Cristo.

A riqueza, os proventos comerciais, indispensáveis à permanência e manutenção de homens, de barcos e de material bélico, nas para- * 36 37

afeição e desejava de ter paz e amizade com ele». As gentios, por serem dedicados e leais aos portugueses, é-lhes dado maior crédito e favor do que aos mouros. Sobre os reinos desta região, com mapas ilustrativos, vide o excelente estudo de Luís Filipe F. R. Thomaz, "O malogrado estabelecimento oficial dos Portugueses em Sunda e a islamização da Java — colectânea documental organizada, apresentada e anotada" —, in *Aquem e Além da Taprobana. Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Edição organizada por Luís Filipe F. R. Thomaz (Lisboa 2002) 381-607.

³⁶ Compunham esta frota dezanove naus com mil e quatrocentos homens, oitocentos portugueses e seiscentos malabares. Vide e. g. Góis, p. III, cap. XVII, 73.

³⁷ *Ibidem*, cap. XIX, 84. Dizem os historiadores que os soldados vitoriosos põem fogo e saqueiam a cidade. Nas casas dos Malaios e Guzarates, achou-se tanta fazenda que se os nossos a soubessem guardar, cada um voltaria rico para suas casas. Todas as crónicas relatam a superioridade dos danos causados ao inimigo.

gens longínquas de além-mar, eram a expressão da *magnificentia*, da grandeza e do poder de um rei que, nos quatro continentes, firmava o seu império e a sua Fé.

Damião de Góis, o moço-pajem de D. Manuel, com racionalidade, justificava os lucros como paga do esforço, do trabalho, dos muitos dinheiros despendidos em tão grande empresa³⁸.

Assim prossegue o relato epistolar:

«Tomada assim a cidade e derrotados os inimigos, para proteger melhor as nossas forças, na foz do rio que atravessa a cidade, de onde poderia olhar melhor pela sua segurança, dado que a terra e o mar estão por todo o lado sob o seu alcance, construiu ele uma fortaleza, bem provida de muros de quinze pés de largura, com pedra que naturalmente aproveitou dos templos arrasados dos Sarracenos, a que chamam mesquitas. Admirável, pois, a Providência divina, já que, onde por tanto tempo foi celebrado o culto da perfídia maometana, onde tantas vezes se blasfemou do nome do nosso Redentor, aí, por oculto desígnio de Deus, com grande (A3) louvor Seu e desonra de Satanás — objectivos que prosseguimos com tanto trabalho e sangue dos nossos, para aumento da fé católica — aí havíamos de receber ajuda para esta construção e obra tão necessária aos cristãos.»

111

De novo a insistência na actividade mercantil e a relação circunstanciada de povos das mais variadas regiões orientais que, pelo exotismo de seus nomes e das terras de suas proveniências, representam uma visão alargada do mundo que os contactos dos portugueses favoreceram.

São eles, de livre vontade, sujeitos às leis, à justiça, à moeda dos portugueses — a lembrar os tempos modernos, no que se prende com a entrega de Macau à China.

A cunhagem da moeda em terras tão longínquas da coroa, por mão de Afonso de Albuquerque, é a prova inequívoca da independência na administração dos governadores, nas paragens longínquas onde se

³⁸ Damião de Góis daria resposta, anos mais tarde, em nome da sua nação, ao mundo da *humanitas* a Paulo Jóvio que apontava o dedo, tal como Erasmo, ao monopólio mercantil dos portugueses. Paulo Jóvio, num texto de 1525, inserto no *Novus orbis* (Basileia 1532) de Simão Grineu ataca a política portuguesa das especiarias, os altos preços e a sua falta de qualidade. Damião de Góis contesta as afirmações de Paulo Jóvio, no final dos seus *Commentarii rerum gestarum in India 1538 citra Gangem* (1539). Publica de novo esta sua contestação nos *Opuscula* (1544), com o título *De rebus et imperio Lusitanorum ad Paulum Jovium Daniarum Goes disceptationucula*. Também Diogo Pires irá contestar a omissão de nomes ilustres dos portugueses, nos *Elogia* do Bispo italiano.

estende o Império — reis, em nome do rei, como lhes chama D. Jerónimo Osório³⁹ —, que servem o seu rei com lealdade, virtude inabalável na alma portuguesa, como sublinha Camões.

Este alargamento do poder através de alianças comerciais, que se traduz ainda na recepção das nossas instituições e costumes, numa perfeita aculturação, é uma constante ao longo da carta⁴⁰:

«Naquele tempo existiam em Malaca muitos mercadores estrangeiros e de diversas nações, tais como os Samatrenses, os Pegus, os Jaos, os Gores, os Chins do Extremo Oriente e da mais distante região das Chinas e outros gentios que, em grande número, por causa do comércio, enchem a cidade com muitas riquezas, ouro, prata, pérolas, pedras preciosas, tecidos de seda e ainda as mais variadas especiarias e fragrâncias. Estes, com muitos outros vizinhos, pediram por sua livre iniciativa a Afonso aliança e amizade e foram por ele acolhidos com benevolência e favorecimento. Concluído um tratado comercial e mercantil, transferiram as suas casas de negócio para a área à volta da fortaleza, onde, com mais segurança, poderiam entregar-se a essa actividade. De tal modo ficaram satisfeitos com o acordo mútuo que, embora até aí esse empório fosse o mais célebre de todos, todavia, se julga que de ora em diante há-de ser muito maior e mais concorrido, se tal é possível. Mais ainda, os próprios Chins nos enviam um embaixador para nos elucidar com mais exactidão das suas pretensões. E não só estes como ainda os restantes moradores da cidade (A3 v.) se não recusaram a acatar as ordens e a obedecer às leis que lhes foram impostas, a ponto de aceitarem, em nosso nome, oficiais do governo e da justiça, por mão de Afonso, por cujo poder de decisão são governados. E ao mesmo tempo recebem a moeda aí cunhada com o nosso nome, reconhecendo-a como se fosse do seu rei e senhor e dão-lhe a seguinte cotação: à de ouro chamaram “católicos”, no valor de mil moedas, e à de prata “malaqueses”, no valor de cem^{4U}».

112

³⁹ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo* cit., 397.

⁴⁰ D. Manuel recomendava, em 1514, em carta a Rui de Araújo que se encontrava ao tempo em Malaca: «saibã que nosas gentes nom soamente são conquistadores e ganhadores da terra que possuem os imigos de nosa santa fee catlica, mas que nos trautos e mercadorias gardam e fazem verdade». E acrescenta: «Paz e amisade com todos vos encomendamos»: *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VII, 116-117.

^{4A} Afonso de Albuquerque «fez oficiais Gentios & Mouros que lhe pareceram necessários, pera governarem os moradores daquela cidade, & por que de todo se soubesse que estavã ha obediência del Rei de Portugal lhes deu regimento, & ordenanças per ôde se

A Carta de D. Manuel ao Papa Leão X

Significativa para a estratégia de Afonso de Albuquerque é a amizade do rei de Sião, que deu o maior acolhimento aos embaixadores de D. Manuel⁴²:

O proselitismo religioso, a Evangelização, presentes nesta epístola, de par com os interesses comerciais a salvaguardar, resumem estas palavras:

«Como tivesse tido conhecimento disto, o rei de Sião, muito poderoso em povo e terra para os lados do Oriente, a quem, segundo constava, Malaca pertencia de direito e fora usurpada outrora pelo poder dos mouros, enviando ao nosso Governador um emissário com a intenção de submeter-se a si e aos seus ao nosso favor, mandou também de presente uma taça de ouro com um precioso rubi de grande valor e uma espada de ouro, tudo fabricado com arte, em sinal evidente, de reconhecimento e de verdadeira e perpétua amizade para o futuro. A ele enviou por sua vez o governador, com muitos presentes, alguns dos nossos homens experimentados e hábeis, para observarem os lugares do interior. Não duvidamos que daí há-de advir o maior favor de Deus e o aumento da fé católica».

«Resolvidas assim as coisas em Malaca e assinado um tratado (A4) de trocas comerciais, deixou na fortaleza, muito bem provida de peças de artilharia, uma guarnição segura de seiscentos homens e soldados valentes e uma armada muito bem provida de tropas e armas, para a protecção da costa marítima.»

113

A bravura e a coragem, o espírito agónico, intrépido do Governador não conhecem tréguas. Desde 1505 a 1515, ano da sua morte, serviu a causa em que acreditou, «mais do que prometia a força humana». Prova-o esta atribulada viagem à Índia, com a sua nau despedaçada pela intempérie, perdendo tesouros valiosos, despojos da conquista de Malaca.

A par de uma visão estratégica extraordinária, a rigidez de princípios de Afonso de Albuquerque, que não passou despercebida a Camões — que lhe chamou “Albuquerque terrível” {*Lus.* I. 14), mas também Grande Capitão {*Lus.* X. 45) — revela-se também no que se refere ao castigo exemplar infligido aos *arrenegados*. A atitude do Governador que

regessem & fez moeda noua (cf. Góis, p. III, cap. XIX, p. 84-86). A valia das moedas difere, segundo os cronistas.

⁴² Vide também a embaixada do rei de Sião a Afonso de Albuquerque, in *Comentários de Afonso de Albuquerque*, p. III, cap. XXXV.

esta carta, dirigida ao chefe supremo da Cristandade, não deixa de registar — embora desumana e cruel, dentro do espírito de tolerância e de respeito pelo homem, próprios do humanismo cristão — mostra claramente que, em história, não se podem fazer juízos críticos, partindo de concepções diversas das do tempo em causa.

Prosegue a carta:

«De regresso à Índia, Afonso encontra cercada de mouros a principal fortaleza da cidade de Goa, que em anos anteriores, com grande perigo dos nossos, mas maior chacina dos inimigos^{4*}, ele próprio submetera e acrescentara à nossa jurisdição e império. Tinha sido construída ao lado de uma outra fortaleza muito sólida, de onde seis mil Rumes e Turcos constantemente acometiam os nossos⁴⁴. O governador atacou-os e depois da morte de muitos, desesperando já da salvação, entregaram-se finalmente a si e aos seus bens, apenas com a condição de salvarem a vida. Ai se conseguiram também despojos não despidendo de máquinas, cavalos e armas. E, enfim, sujeitos ao devido suplício alguns apóstatas que se encontravam entre os mouros e que tinham abandonado a nossa fé, restituiu à cidade a antiga calma»⁴⁵.

114

A carta refere, em seguida, a embaixada que a corte etíope, o reino do Preste João, enviou a Goa, onde teve uma magnífica recepção de Afonso de Albuquerque, que logo tratou da sua partida para Lisboa, onde

^{4*} Vide *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. III, 16-18.

⁴⁴ Enquanto Afonso de Albuquerque permaneceu em Malaca, Goa era atacada e quase soçobrava às forças dos soldados de Sabaim Dalcão. Além disso, a fome consumia os nossos, pois «Sabaim Dalcão tinha os passos todos da ilha tomados porque nenhum comestível atravessasse da terra firme a Goa» (Osório, vol. II, liv. VIII, p. 58-59). No entanto, a coragem deles fe-los aguentar até à chegada de Afonso de Albuquerque que, com a melhor tática, combateu e levou de vencida os mouros de Benastarim (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, tomo I, carta XII de 23 de Novembro de 1512). Todos os historiadores narram estes sucessos.

⁴⁵ Tendo Roçalção perdido a esperança de poder defender a cidade, pediu tréguas a Afonso de Albuquerque, tendo concordado em entregar-lhe os cristãos *atenegados*, uns setenta — que, não suportando a fome, se passaram de noite para o lado inimigo (segundo Jerónimo Osório, vol. II, liv. VIII, p. 59) —, com a condição de lhes ser poupada a vida. O comandante português cumpriu a promessa, mas não os poupou ao suplício. Os *Comentários de Afonso de Albuquerque* (p. III, cap. LI, 262) narram o seguinte: «Afonso Dalbuquerque como não havia de faltar de sua verdade, guardou-lhes o seguro quanto á vida, como tinha prometido a Roçalção, e mandou-lhes cortar a todos a mão direita, e o dedo polegar da esquerda, e as orelhas, e narizes, por memoria, e espanto da treição, e maldade, que cometeram contra Deos, e seu Rey». Todos os historiadores repetem estes factos.

aportara em 1514⁴⁶. A grandiosa e solene recepção do embaixador Mateus, na capital do império, e o que ela representa no imaginário nacional, deixara marcas indeléveis na literatura do tempo⁴⁷.

A ajuda do Preste João, com o seu poder mítico, era esperada no domínio do espiritual e do temporal - e gigantesca! - designadamente na conquista de Adem, a entrada do Mar Vermelho, objectivo que Albuquerque, com a sua morte, deixara por cumprir.

É este o relato da carta:

«Entretanto, aportara à cidade de Dabul, não longe de Goa, um enviado ao nosso governador de um poderosíssimo senhor da Cristandade, Preste João, para, em seu nome, isto é, como de cristão a cristão, espontaneamente oferecer toda a riqueza (A4 v.) e tudo o que fosse necessário para a guerra contra os inimigos da fé católica, exércitos de soldados, aprovisionamentos de armas e socorros, principalmente se a nossa armada viesse a atravessar o mar Vermelho, que fica junto dos seus domínios. Aí muito comodamente as forças de ambos poderiam reunir-se. Envia-nos não pequeno lenho da adorada e verdadeira Cruz e pede homens hábeis e abalizados, por cujo engenho e conhecimentos técnicos julga possível modificar por qualquer modo o curso do Nilo, desviando-o do território e região do Sultão⁴⁸.»

115

⁴⁶ O legendário reino de Preste João desde o século XII atrai a imaginação da Europa, no seu afã cruzadístico. Os portugueses buscam-no desde o Século XV, desde os descobrimentos empreendidos pelo Infante D. Henrique; D. Manuel alimentara, desde longa data, o sonho de vir a libertar Jerusalém, com a sua ajuda, do domínio do Infiel. Este espírito de cruzada, e mesmo de messianismo manuelino, sempre com os olhos postos no grande rei cristão do Oriente, animara de sobremaneira a viagem de Vasco da Gama à Índia. Sobre a aura mítica do Preste João e as relações Portugal-Etiópia, vide Luís de Matos, "L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe* cit., 414-416; Luís Filipe R. Thomaz, 'L'idée impériale manuélienne', in *La découverte, le Portugal et l'Europe* (Actes de Colloque, Paris - Mai 1990), (Paris - F. C. Gulbenkian 1990) 35-103, maxime 60.

⁴⁷ Marcou profundamente o jovem Damião de Góis, cujas obras são documento. Cf. *Damianus a Goes Lusitanus, Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Joannis ad Emmanuelem Lusitaniae Regem* Anno Domini M. D. XIII. [Cólolon] Ioan. Grapheus typis excudebat Anno M. D. XXXII. mense Septemb. [Antuerpiae]; e ainda a obra sobre a crença dos abexins, que descreve em pormenor as relações luso-etíopes e as conversações mantidas com Zagazabo, que veio na embaixada do reino de Preste João de 1527: *Damianus a Goes Lusitanus, Fides, religio inresque Aethiopum* sub imperio Pretiosi Ioannis [...]. Louanii, ex officina Rutgeri Rescij, An. M. D. XL.

⁴⁸ Desviar o Nilo seria o maior agravo que se poderia fazer ao Sultão do Egipto, o que por vezes acontecia, sendo disso responsáveis certos povos vizinhos. Vide *Cartas de*

Pondo agora em relevo as alianças e as amizades dos reis e príncipes, atraídos pela fama dos feitos dos portugueses e pela grandeza do seu rei, a epístola acentua a *Gloria*, a *Honor*, a *Magnificentia*, a *Dignitas* — as rodas do Carro Triunfal de Maximiliano, de Dürer — indispensáveis ao nome de rei do Renascimento*⁴⁹.

São estes os termos:

«Estavam, nesta altura, junto do nosso governador, legados do rei de Narsinga, rei gentio tão poderoso que, segundo consta, ajuntava facilmente às suas ordens, para combate, mil e quinhentos elefantes de guerra, quarenta mil cavaleiros armados, além de um número incalculável de soldados de infantaria e possuía tamanha extensão de terras que em seis meses dificilmente se conseguiria medir. A ele estão sujeitos muitos reis e sátrapas, entre os quais alguns, vizinhos da orla costeira, nos pagam tributo. Encontra-se também junto de Afonso um embaixador do rei de Cambaia, com grande poder na terra e no mar e o maior entre os mouros. E ainda embaixadores do Sabaio, outrora senhor de Goa, e do rei Grosapa e muitos outros de reis e sátrapas (A5) que, espontaneamente, suplicavam ao nosso governador aliança e paz, trazendo cada um as suas dádivas. Também na frota que chegou pouco depois, veio até nós um enviado do rei de Ormuz, com muitos presentes de pérolas e coisas preciosas, em sinal evidente de fidelidade e reconhecimento. A este rei, tinha o mesmo Afonso estabelecido, depois de conquistar pela força Ormuz, cidade riquíssima e empório notável, que nos pagasse um tributo anual de quinze mil serafins, moeda de ouro que é equivalente ao ducado».

116

Termina a carta por uma espécie de *peroratio*. É neste final que o latinista que a redigiu⁵⁰ exprime em poucas palavras o essencial da

Afonso de Albuquerque, tomo 1, carta XLI (4 de Dezembro de 1513). Se tal realizassem, fragilizariam as forças que se opunham à conquista de Adem.

⁴⁹ Vide Nair de Nazaré Castro Soares, *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório* cit., 192-197, 274 sqq.

⁵⁰ Havia bons latinistas neste tempo em Portugal, como o refere o *Prologus* de Estêvão Cavaleiro à sua *Nova grammaticae marie matris dei virginis ars* de 1516 (vide Américo da Costa Ramalho, «Um capítulo da história do Humanismo em Portugal: o *Prologus* de Estêvão Cavaleiro», in *Estudos sobre o séc. XVI* (Lisboa 1983) 124-152. Entre esses latinistas, figuram Diogo Pacheco, Luís Teixeira, Francisco Cardoso, Cataldo, então no fim da vida, e o próprio Estêvão Cavaleiro. Qualquer deles poderia ter sido o autor do texto latino desta carta.

matéria tratada, conferindo ao discurso veemência e espiritualidade capazes de *docere, mouere et delectare* o seu destinatário privilegiado e um auditório mais vasto — o Papa Leão X e a Cúria romana, palco do mundo.

Apresenta-se o tema conceptualmente mais rico e que foi verdadeiro *leitmotiv*: a *fides amplianda*, a dilatação da fé, a Evangelização; e a promessa de vitórias futuras das gentes e do rei de Portugal, unidos às forças do Preste João, sob a bandeira da Cruz. Há como que um canto ao advento de uma nova *respublica Christiana*, sob a égide do Sumo Pontífice, representante de Deus na terra, a quem se presta obediência, se quer felicitar e agradecer:

«Entre estes acontecimentos, ó Bemaventurado Pai, com a ajuda da divina Potestade, inúmeras pessoas, em toda a índia, por graça do Espírito Santo e inspiradas pelo Seu fogo, abandonam os erros pagãos e, todos os dias, convertidas à nossa religião, abraçam a fé verdadeira de Deus. E, por estes motivos, muitas graças se devem dar mercidamente ao Deus de bondade e poder, pois em terras tão distantes da nossa, em regiões tão longínquas, lá onde nem sequer a fama do Seu santíssimo nome penetrara, agora, pelo nosso zeloso esforço, consentiu que a Sua fé verdadeira e o seu culto fossem celebrados, tornados públicos e propagados. Por isso, sem dúvida, quando agora o nosso governador, deixando na índia as convenientes guarnições, se dirige ao mar Vermelho com grande armada, na intenção de ocupar a sua entrada (A5 v.) e impossibilitar o comércio dessa região aos Sarracenos, deve esperar-se que, com o favor divino, juntando-se aí as forças do Preste João e as nossas sob a bandeira da Cruz, disso resulte o maior serviço a Deus e a ruína e ignomínia da seita de Maomé, e que as plagas distantes do Oriente, por onde se sabe que já soaram as palavras sagradas dos Apóstolos⁵, se aliem em breve às nossas do Ocidente e venham a render-se ao culto do verdadeiro Deus, com o auxílio do próprio poder divino, para prestarem à Santa Sé ⁵

⁵ Em Goa, quando se construía a fortificação da cidade, depois de ser tomada a Haldcão «andando certos homens desfazendo humas paredes velhas, pera tirarem pedra pera a obra, acháram nos alicerces huma Imagem do Crucifixo de cobre. Como a nova correo por toda a cidade, veio Afonso Dalboquerque logo ali ter com toda a gente, e Clérigos, e muitas lagrimas á Igreja, foi grande espanto este pera todos os que viram, porque não havia memoria de homens, que se lembrassem que houuera ali nunca Christãos (Vide *Comentários de Afonso de Albuquerque*, tomo II, p. III, cap. IV, 21-22). Camões, *Os Lusíadas*, canto X, 108-118, refere-se também, seguindo uma tradição muito antiga, e provavelmente verdadeira, à presença de S. Tomé na índia.

Apostólica e a Vossa Santidade, como excelente pastor do rebanho cristão, a homenagem e a obediência que, por costume, lhe são devidas.

A saúde de Vossa Santidade, a quem Deus todo piedoso se digne conservar e engrandecer, conforme os Vossos desejos, por muito tempo e na maior felicidade.

Dada em a nossa cidade de Lisboa, aos oito dias dos Idos de Junho do ano de 1513⁵².

Impressa em Roma por Diogo Mazochio, a 9 de Agosto».

Podemos concluir que esta carta apresenta, nitidamente delineados, os objectivos político-estratégicos, económicos e religiosos de Afonso de Albuquerque —, o seu projecto grandioso para a sua empresa no Oriente. O muito que se cumpriu e o que ainda se sonha realizar⁵³.

Mais precisamente, é este “Grande Capitão”, com as suas virtudes guerreiras e vitórias militares, a expressão animada da *potentia* do rei português, senhor de um *imperium*.

É que as *epistulae* e *orationes* latinas, destinadas à propaganda internacional têm uma unidade temática e formal, centrada na *laudatio principis* como *imperator*, como *rex inuictissimus*⁵⁴.

Neste sentido, a carta de 1513 antecipa e prepara, no género epistolar, a oração de obediência proferida pelo jurisconsulto Diogo Pacheco, em nome de D. Manuel, ao papa Leão X (1514), que trata os mesmos temas, com admirável ênfase retórica e cor poética, merecendo rasgados encomios, em verso, de humanistas da época.

Prova disso é o poema de Camilo Pórcio que, ao elogiar o orador e o seu monarca, tem na memória a celebração do ano anterior, em Roma, por ocasião do recebimento da carta que dá a notícia, em primeira

⁵² O mesmo será dizer, 6 de Junho de 1513.

⁵³ Esse plano visava impor o imperialismo português a toda a área do oceano Índico, com uma fiscalização apertada das suas múltiplas linhas de navegação, apoiada pela construção de fortalezas em terra, em lugares estratégicos: Ormuz, que controlaria o golfo Pérsico, Diu a região de Cambaia, Adem a entrada do Mar Vermelho; Malaca, pela situação geográfica privilegiada, era o porto ideal par o encontro do comércio do Índico com o Pacífico. Além disso, era um apoio insubstituível à expansão portuguesa pelo Oriente: nela se realizavam as copiosas trocas de mercadorias, que afluíam ao porto; dela partiam os navios de exploração das ilhas Indonésias, das Molucas, da China e do Japão. Vide Luís de Albuquerque, *Os Descobrimientos Portugueses* (Lisboa 1985) 184.

⁵⁴ Vide Luís de Matos, *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance* cit., 160-161; J. A. Osório, “Os primeiros textos em latim de propaganda da expansão portuguesa. Séculos XV-XVI”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – Actas* vol. IV (Porto 1989) 533-545.

A Carta de D. Manuel ao Papa Leão X

mão, das façanhas dos Portugueses no Oriente. Estes versos são assim a tradução poética da mensagem por ele transmitida, com a mesma emoção, no seu discurso de 1513:

«Já antes, ó Manuel, Rei dos Reis, passara para ti
A glória das armas e da guerra; já antes nos
arrebataste o louvor e brilho da milícia, com que outrora
A grande Roma, mãe dos deuses e dos homens,
Se elevou até ao céu. Isto, porque, banindo as guerras
Civis que atormentavam a mísera Europa,
Voltas feliz as armas contra os inimigos infieis,
Feres os Indos, os Etíopes e os reinos ignotos que recorrem à guerra,
E domas com inúmeras armadas o mar indignado.»⁵⁵.

Numa palavra, a epístola latina de D. Manuel a Leão X narra, com um sensacionalismo quase jornalístico, a gesta lusa, o seu alcance temporal e espiritual, revelando-se a expressão acabada da retórica do poder, da propaganda e da glorificação épica, no período áureo da nossa história da expansão ultramarina⁵⁶.

119

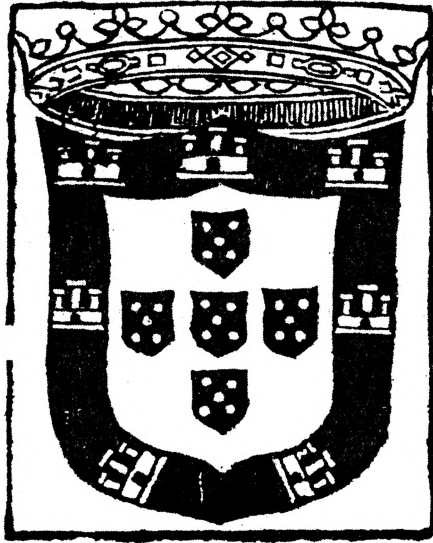
⁵⁵ Vide poemas em apêndice, que servem de *testimonia* à “Oração do jurisconsulto Diogo Pacheco, dita na prestação de obediência em nome de Manuel, Invictíssimo rei de Portugal, ao excelente Sumo Pontífice Leão X, in *Orações de obediência, séculos XV a XVII* cit, vol. 6, 32.

⁵⁶ Se se pode duvidar de um verdadeiro Império Português do Oriente, apesar dos promissores resultados alcançados nos primeiros quinze anos do século XVI (Luís de Albuquerque, *Os Descobrimientos Portugueses* cit., 192), é inegável o sonho que comandou a vida de um povo, que deu ao mundo novos mundos, e que, com a viagem do Gama à Índia, abriu as portas da época moderna.

Nair de Nazaré Castro Soares

EPISTOLA

Potentissimi/ ac inuictissimi Ema/
nuelis Regis Portugaliae & Algarbiorum,
&c. De Victoriis habitis in India
& Malacha. Ad .S. in Christo Patrem &
Dñm nostrum Dñm Leonem .X.
Pont. Maximum .



120

Anctissimo in Christo Patri/ac bea
tissimo Dño Dño nostro E.S. ad/
ditissimus filius Emanuel Dei gra
tia Rex Portugalliæ & Algarbioꝝ
citra ultraq; mare in Affrica Dominus gui
neæ & conquestę nauigationis/ ac cõmertii
Ethiopiæ/Arabię/Perfiæ/atq; Indiæ/humil
lima beatorum pedum oscula. Quantum
Deo Opt. Max. q̃tum & tibi gratulari de/
beamus Beatissime Pater/uel ex nuntio qđ
nostra Indica Classis proxime attulit satis
apparet. Quod enim te Pont. Max. te .S.
Ro.Ecclesiæ & Christiano Orbi presiden/
te tam admiranda in Dei laudem ac gloriã
gesta tam ex uoto successerint tua certe laus
tua gloria censerit debet, Iure itaq; uisum est
quę in India Dei suffragio ad ipsius cultum
spectantia nostris armis modo facta sint ad
tuam Sanctitatem/utpote totius Christianę
Reipublicę Caput & orthodoxe religionis
normam/ carptim ac summatim/ne stilum
Epistolarum excedamus prescribere/ut pro
rerum dignitate cuncta pensari / summoq;
deo accepta referri ualeant/ac indies sui san
ctissimi nominis gliscentem laudẽ xp̃ianiq;
A ii

dogmatis propagationem facile speremus .
 Igitur paccata post plures dubii Martis ui
 ctorias non sine labore & sanguine partas/
 India relictis in ea opportunis perfidiis Al
 phonsus de Albiecherq; protho capitaneus
 noster ut iacturâ/quâ superioribus annis nri
 fecerant/iniuriâq; ulcisceretur auream Cher
 fonesum/Malacham accole appellant con/
 tendit/ea est inter sinum magnum & Gange
 ticum sita Vrbs mire magnitudinis/ utq; ui
 gintiquinq; millium & amplius larium cen
 teatur terra ipsa fecundissima/ac nobilissima
 rum/quas fert India mertium feracissima ce
 lebratissimum ob id Emporium/ubi non
 modo uaria aromata & omnigeni odores/
 sed Auri quoq;/Argenti/ Margaritarum ac
 preciosorum lapillorum magna copia af
 fluit : Hanc Rex Maurus gubernabat ea/
 tenus uires suas Maumetica Secta proten
 dente / cætera Gentiles tenent : Huc itaq;
 cum instructa Classe applicuisset Alphon
 sus Urbem oppugnare destinat : Quod pre
 sentientes Sarraceni bello / se multis Mu
 nitionibus / & Armis præparauerant / sed
 frustra : nam commisso bis prælio / nostri

tandem Dei auxilio superiores plurimis ex
hostibus cesis urbem ui intrant/occupāt da
ta prede libertate dirripiunt/incendūt. Rex
ipie qui ex Elephāto pugnabat grauiter uul
neratus cum iuperstitibus mauris fuga sibi
consuluit/in ea pugna magnus hostium nu
merus exiguo nostrorum damno interiit ca
pti plures/magna etiam ablata spolia in qui
bus & septem ipsius Regis bello assueti Ele
phantes iuis turribus sericis atq; auro intex
tis Ephippiis illius Prouintiae more muniti
ac ꝑncorum omnis generis tormentorū ad
duo millia summa arte fabricata. Capta sic
urbe hostibusq; prostrigatis quo nostrae rei
tutius consuleretur in fluminis quod medi/
am urbē interfluit hostio unde terra mariq;
subacto undiq; suae securitati prospiciat mu
nitissimam arcem murorum quindecim pe
dum latitudine construxit/ex lapide uideli/
cet qui ex dirutis Sarracenoꝝ quas Mesqui
tas uocant ꝑdibus excerptus est. Mirabilis
profecto diuina prouidentia/quod ubi tāto
tempore Maumeticę perfidiae cultus cele/
bratus/ubi redemptoris nostri nomē toties
blasphematum inde occulto dei cōsilio ma

123

A iii

gna sua laude ac sathane dedecore/ q̄ tãto la-
 bore ac nostroꝝ sanguine tandiu p̄ catholi-
 cæ fidei augmento affectamus . Huic edi-
 ficio & xp̄ianis tam necessario operi opem
 acceperimus : Erant eo tempore Malache
 plures extranei ac diuersarum nationũ mer-
 catores/ scilicet/ Zamatri/ Pegus/ Iaães/ Go-
 res/ & ab extremo oriente atq; ultima Sina-
 rum regione Chines/ aliiq; Gentiles/ qui ur-
 bem comertii gratia frequentes multis diui-
 tiis auro/ argento/ margaritis/ & pretiosis la-
 pillis serico etiam uellere/ ac multifariis aro-
 matibus & odoribus affatim replent hii cū
 multis quoq; finitimis ab Alfonso fēdus &
 amicitiam ultro flagitantes ab ipso / & beni-
 gne & fauorabiliter sunt accepti/ pactoq; cō-
 mertii & mercaturę tractatu suas negotiatio-
 nis domos circum arcem ubi tutius uersari
 possent secum trāstulere mutuo fēdere adeo
 lēti/ ut q̄uis hactenus illud emporium om-
 nium fuerit celeberrimũ/ deinceps tamen/ si
 fieri poterit multo maius ac celebrius futu-
 ūr existimetur : quin & ipsi Chines nuntiũ
 ad nos mittunt / a quo perfectius res suas in-
 telligamus. Atq; adeo tam hui q̄ ceteri urbis

a ccole dicto audire imperatisq; legibus parere non recufarunt ut Reip. regiminis iustitiq; officiales nostro nomine Alfonsi manu acceperint/ quoꝝ iudicio & arbitrio gubernantur simul/ & monetam nostro ibi nomine cusam tanq̃ Regis dominiq; sui agnoscetes excipiunt/ & expendunt auream catholicos mille scilicet nūmorum argenteam centū ualore Malachenses inscribere : Hęc cum cognouisset Rex de Ansiam & gente & solo Orientem uersus potentissimus/ ad quem fama erat iure Malacham spectare & a Mauris olim usurpatam legato ad Prefectum nostrum destinato/ qui se suoq; nostro manciparet obsequio/ auream simul craterē cū pretioso māgneq; existimationis carbunculo enseq; auro ad fabre elaboratum in signum uidelicet recognitionis ac uere perpetueq; futurę amicitie dono misit/ ad quę prefectus aliquos /e/ nostris expertos uafrosq; uiros intima regionis scrutaturos cum multis etiā muneribus remisit/ unde maximum dei obsequium & catholicę fidei augmentum fore non dubitamus . Rebus sic apud Malacham compositis & obfirmato tracta

tus cōmertii fēdere relicto in arce tormentis
 machinisq; munitissima sexcentorū etiam ui
 rorum ac strenuorū militū securo p̄sidio &
 classe ad maritime ore tutelam uiris ai misq;
 optime instructa, Alfonsus in Indiam reuer
 tens Goæ urbis p̄cipuā arcē quā ipse supe
 rioribus annis magno nostrorū periculo sed
 maiore hostiū strage occupauerat nostrorū
 ditioni & imperio adiunxerat a Mauris ob
 sessam reperit / extracta etiam iuxta alia fir
 missima arce/unde Ruminū Turchorū quæ
 sex millia nostros cōtinue infestabant/quos
 cū adoriretur p̄fectus plurimis iam truci/
 datis desperata salute pacta tantūmodo cor
 porum incolumitate se tandem ac reliqua
 nostris dedidere partisq; & ibi machinarum
 equorum armorum & huiusmodi haud cō
 temnendis spoliis quibusdam etiam qui in/
 ter Mauros reperti sunt apostatis qui a fide
 nostra descuerant debito afflictis suppliis
 urbem pristine quieti restituit. Appulerat
 interea Dabuli urbi haud p̄cul a Goa pres
 byteri Ioannis potentissimi christicolarum
 dñi ad p̄fectum nostrū legatus qui eius no
 mine ut Christiani Christiano oem opem

omnia ad illum contra catholicæ fidei hõstes opportuna: militum exercitus: armox ac cõmeatus præsidia ultro offerat: præsertim si mare rubrum suo coniunctum dominio uña classis traiciat: ubi cõmodissime utriusq; uires iungi possent. Haud exiguũ adorandę & uerę crucis lignum ad nos mittit uiros uafros & industrios poscens quox ingenio & artificio a Sulcani territorio & Regione Nilũ deflecti aliqua diuerti posse existimat: aderant tunc apud nostrũ præfctum a Narlingue Rege legati/Rege Gentili adeo potentissimo/ut mille & quingentos belligeros Elephantes armatox equitũ qudraginta millia præter innumerũ peditũ numerum suo arbitrio in aciem paruo negotio proferre tantũq; agri possidere perhibeatur q̃tũ semestri itinere uix emittiri possit / huic plures Reges ac Satrapes parent / quox nõ nulli maritimis oris proximi nobis sunt tributarii. Apud Alfonsoũ & Cambaye Regis legatus/terra mariq; potentissimi/atq; inter Mauros maximi. Item a Zabayo Goe quondam dño/atq; a Rege Grosapa/Aliaq; complures Regum Satrapumq; legati a no

stro prefecto fēdus pacemq; ultro exorantes ac sua munera singuli afferentes, in hac etiā quā proxime appulit classe ab Armusii Rege legatus cum multis margaritæ rerumq; pretiosarum donis/in signum uidelicet fidelitatis & recognitionis ad nos uenit : Hunc Regem Alfonso idem urbe oppulētissima & p̄cipuo emporio Armusio ui capto quindecim millium Seraphinorum/ ea est aurea moneta ducatis equiualens/annuum nobis tributarium effecerat . Inter hos successus Pater Beatissime Diuino suffragante numine per uniuersam Indiam plurimi Spiritus sancti gratia igneq; afflati depositis gētilitatis erroribus indies ad nostram religionem cōuersi ueram dei fidem agnoscunt/obq; Deo Opt. Max. summæ gratiæ sunt merito referendæ: quod tam procul a nostro orbe / in tam remotis regionibus/quo ne fama quidē sui sanctissimi nominis penetrauerat/ nostra nunc sedula opera/ suam ueram fidem cultumq; celebrari/publicari/ac propagari dignatus sit : uide proculdubio diuina fauente clementia sperandū est/cum nunc Prefectus noster ad mare rubrū ut eius ostio oc/

cupato Sarracenis earū partiū cōmertia in/
terdicat relictis in India oportunis presidis
ingenti classe properat ut ibi coniunctis sub
Crucis uexillo presbyteri Ioannis nostrisq;
uiribus maximum dei obsequium/ & Mau
metice secte detrimentum & ignominia se/
quatur/ extremaq; Orientis ora/ quo & sa/
cras Apostolorū uoces /intonuisse comper/
tum est occidentali nostræ propediem iun/
gatur/ & ad ueri dei cultum ipsius suffragan
te numine traducatur .S. Sedi Apostolicæ
ac tuæ sanctitati ut optimo pastori Christia
ni gregis more debitum obsequium & obe
dientiam oblatura. Bene ualeat Beatitudo
tua/ quam pientissimus Deus diu ac felicis/
sime conseruare & augere ad uotum digne/
tur. Dat. in Vrbe nostra Olisipone. 8. idus
Iunias Anno Dñi. M.D.XIII.

129

Romæ impressa per Iacobum
Mazochium. 9. Augusti.

